



O Ensino da Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: realidades e desafio

The Teaching of Financial Education in the Early Years of Elementary School: Realities and Challenges

Vitorugo Sérgio Escaraber Selpa

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
Cornélio Procópio/PR – Brasil

Carlos Cesar Garcia Freitas

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
Cornélio Procópio/PR – Brasil

Marinez Meneghello Passos

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
Cornélio Procópio/PR – Brasil

Resumo

O artigo analisa o panorama atual da Educação Financeira (EF) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, refletido nas produções científicas recentes dedicadas à temática. Com abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, o estudo examina publicações de 2024 e 2025, evidenciando tendências, perspectivas teóricas e lacunas na consolidação do campo. As análises revelam que a EF tem avançado como dimensão formativa voltada à cidadania financeira, embora ainda marcada por iniciativas pontuais e pouco sistematizadas. As produções convergem ao indicar desafios persistentes, como fragilidades na formação docente, descontinuidade de políticas públicas e escassez de materiais didáticos contextualizados, delineando um cenário em construção para a efetivação da EF nos Anos Iniciais.

Palavras-chave: BNCC; Educação Financeira; Anos Iniciais; Ensino Fundamental.

Abstract

The article analyzes the current panorama of Financial Education (FE) in the Early Years of Elementary School, as reflected in recent scientific productions dedicated to the subject. With a qualitative and bibliographic approach, the study examines publications from 2024 and 2025, highlighting trends, theoretical perspectives, and gaps in the consolidation of the field. The analyses reveal that FE has advanced as a formative dimension aimed at financial citizenship, although it remains characterized by punctual and unsystematic initiatives. The studies converge in pointing out persistent challenges such as weaknesses in teacher training, discontinuity of public policies, and the scarcity of contextualized teaching materials, outlining an evolving scenario for the implementation of FE in the Early Years.

Keywords: BNCC; Financial Education; Early Years; Elementary School.

Introdução

A crescente complexidade das relações econômicas e o estímulo ao consumo na sociedade contemporânea têm intensificado a necessidade de repensar o papel da Educação Financeira (EF) para a formação cidadã. Em um cenário em que o *status* social é frequentemente associado à acumulação de bens e em que a facilidade de acesso ao crédito alimenta o endividamento e a inadimplência (Da Hora *et al.*, 2024), compreender o comportamento financeiro desde a infância torna-se uma demanda educativa e social urgente. Além disso, o ambiente digital e as redes sociais ampliam a exposição das crianças a práticas de consumo, influenciando valores e decisões que repercutem sobre a vida adulta (Schein; Möller, 2025).

Nesse contexto, a escola assume um papel central na promoção de saberes e atitudes voltadas ao uso consciente dos recursos e à tomada de decisões responsáveis, evidenciando a demanda por uma EF crítica que contribua para a formação de cidadãos capazes de tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), a EF consiste no processo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimentos e desenvolvem habilidades que lhes permitem compreender riscos e conceitos financeiros, promovendo escolhas informadas e socialmente responsáveis. No contexto brasileiro, essa discussão foi incorporada às políticas públicas a partir da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (Brasil, 2017) e consolidada normativamente com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018).

No campo normativo, a BNCC constitui referência obrigatória para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas em todas as etapas da Educação Básica. Em seu discurso prescritivo, o documento reconhece a Educação Financeira, mencionada nos currículos a partir de 2017, como conteúdo transversal a ser trabalhado desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de forma interdisciplinar e não restrita apenas à Matemática. Embora a BNCC não nomeie explicitamente “Educação Financeira” em sua introdução, ela apresenta “referências claras e objetivas a elementos da economia financeira”, o que permite sua inserção gradativa. Nesse sentido, relaciona a temática à formação integral do estudante, estimulando práticas de “consumo consciente e responsável, o cuidado de si mesmo, a resolução de problemas e a busca de soluções” (Assis; Souza, 2024, p. 5).

Nesse cenário, propomos analisar como a Educação Financeira tem sido tematizada nas produções acadêmicas recentes sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, buscando identificar concepções, abordagens pedagógicas e desafios formativos que se delineiam à luz da BNCC. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e delineamento descritivo-explicativo (Gil, 2008).

O presente artigo está organizado em cinco seções, que abordam diferentes aspectos da temática. Na primeira, apresentam-se os caminhos da pesquisa com a descrição dos procedimentos metodológicos. Na sequência, discute-se: as concepções e fundamentos da Educação Financeira; aborda-se a Educação Financeira e a formação cidadã nos Anos Iniciais; analisa-se a formação docente e os recursos pedagógicos. Por fim, tem-se as considerações finais sobre as principais questões levantadas pelo artigo.

Caminhos da pesquisa: procedimentos metodológicos

Realizamos uma pesquisa bibliográfica voltada à investigação do problema, com o objetivo de compreender o objeto em análise e atender aos objetivos propostos. Para Gil (2008), pesquisar consiste na escolha de procedimentos sistemáticos voltados à descrição e explicação de fenômenos. Assim, a pesquisa adota abordagem qualitativa e delineamento descritivo-explicativo (Gil, 2008).

Dessa maneira, definimos a utilização de métodos que investigam o fenômeno de forma particular, característica marcante dos estudos de natureza qualitativa. Para Minayo (2002, p. 21-22), uma pesquisa qualitativa:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Justificamos a opção pela abordagem qualitativa por sua ênfase na investigação de aspectos específicos do objeto estudado, buscando compreender processos e significados a partir da interpretação do pesquisador. Nesse contexto, possibilita a análise de fenômenos complexos de maneira organizada e sistemática, preservando a criatividade e a subjetividade referenciada do pesquisador.

No que se refere ao processo de levantamento bibliográfico, inicialmente realizamos uma busca na base de dados da Biblioteca *Scientific Electronic Library Online* (SciELO),

O Ensino da Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: uma análise das pesquisas acadêmicas

utilizando as combinações de palavras “educação financeira” e “Anos Iniciais” do Ensino Fundamental. Contudo, não foram encontrados resultados específicos que contemplassem essa temática voltada para essa etapa de ensino. Diante dessa limitação, optamos por ampliar a investigação por meio do Google Acadêmico, ferramenta de acesso aberto e de amplo alcance, que reúne publicações científicas provenientes de periódicos nacionais e internacionais, repositórios institucionais, teses e dissertações. Fundamentamos a escolha dessa base por sua abrangência, praticidade e possibilidade de localizar produções recentes e relevantes.

As buscas no Google Acadêmico foram realizadas em 16 de julho de 2025, aplicando-se os filtros “ordenar por data” e “pesquisar páginas em português”. Foram incluídos trabalhos publicados entre 2024 e 2025, que abordassem o ensino da EF nos Anos Iniciais, excluindo-se produções sem enfoque pedagógico. A primeira busca, com os termos “BNCC” “educação financeira” “Anos Iniciais”, resultou em quatro resultados. A segunda, com os termos “atividades” “educação financeira” “Anos Iniciais”, apresentou um resultado. Essa busca permitiu identificar cinco publicações relevantes e abrangeu artigos, dissertações e anais de congressos.

Quadro 1 – Critérios de seleção da pesquisa na base de dados do Google Acadêmico

Descritores	Área de conhecimento	Quantidade de registros
“BNCC” “educação financeira” “Anos Iniciais” “Atividades” “educação financeira” “Anos Iniciais”	Educação	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Produções científicas selecionadas na base de dados do Google Acadêmico

Periódicos	Título, autor e ano de publicação
Cuadernos de Educación y Desarrollo	A abordagem da educação financeira nos Anos Iniciais do ensino fundamental: o que dizem os estudos realizados entre 2019 e 2023 (Assis; Souza, 2024).
Realize Editora	Visão dos docentes com relação à educação financeira nos Anos Iniciais: o que aconteceu depois da BNCC na sala de aula (Oliveira; Maranhão, 2024).
Boletim Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GEPEM)	Educação no contexto financeiro em livro didático: uma análise da coleção adotada em duas instituições públicas (Silva; Ouro Filho; Zogaib, 2024).
Repositório da Universidade Federal de Rondônia	Educando para a vida financeira: Percepções de professoras que ensinam matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas de Ji-Paraná (RO) em relação à educação matemática financeira (Pereira, 2025).

Jornal Internacional de Estudo em Educação Matemática	Formação de Professores para Instrumentalizar o Trabalho com a Educação Financeira em Turmas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Schein; Möller, 2025).
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao adotar abordagem qualitativa, compreendemos a Educação Financeira como fenômeno interpretável a partir das representações teóricas presentes nas produções acadêmicas, em consonância com Minayo (2002), para quem a pesquisa qualitativa busca significados e valores implícitos nas práticas sociais.

A partir do levantamento e da seleção das produções, procedeu-se à leitura integral dos textos, buscando identificar recorrências temáticas, fundamentos teóricos e abordagens metodológicas. A análise foi estruturada com base em três eixos principais: as concepções de Educação Financeira presentes nas obras, as práticas pedagógicas descritas ou sugeridas e os desafios formativos apontados pelos autores. Esses eixos emergiram da leitura interpretativa do *corpus* e orientaram a organização das seções seguintes, permitindo compreender de que modo as pesquisas vêm configurando o campo da Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Concepções e fundamentos da Educação Financeira

A discussão sobre o reconhecimento da Educação Financeira (EF) como necessidade e sua importância para a formação do cidadão tem sido objeto de investigação, contemplando diferentes enfoques: a abordagem da EF nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Assis; Souza, 2024), a visão dos docentes sobre o tema (Oliveira; Maranhão, 2024) e a educação para a vida financeira (Pereira, 2025).

A EF vem sendo reconhecida, nas últimas décadas, como dimensão formativa que contribui para o exercício da cidadania, articulando aspectos cognitivos, éticos e sociais e favorecendo competências de tomada de decisão. No relatório de 2005, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) definiu a EF como:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas [...]
(OCDE, 2005, s.p.).

Essa concepção, inicialmente centrada na racionalidade econômica, vem sendo ampliada para incluir múltiplas dimensões formativas, cognitivas, sociais e éticas,

aproximando-se da perspectiva de uma educação para a cidadania financeira. Enquanto a OCDE (2005) adota um enfoque técnico centrado na racionalidade econômica, Schein e Möller (2025) ampliam a Educação Financeira para uma perspectiva sociocultural. Essa mudança implica compreender o ensino da EF não apenas como transmissão de conteúdos monetários, mas também como prática crítica voltada à emancipação cidadã.

A partir das contribuições de Muniz Junior e Jurkiewicz (2016a), é possível integrar à discussão a noção de *representações temporais*, que enfatiza a dimensão temporal do valor do dinheiro e suas implicações formativas. Para os autores, compreender que o dinheiro “se transforma no tempo, devido a fatores como juros, inflação e custos de oportunidade” (Muniz Junior; Jurkiewicz, 2016a, p. 127) constitui um princípio essencial da Educação Financeira Escolar. Embora inicialmente formulado para o Ensino Médio, esse conceito revela-se pertinente aos Anos Iniciais, pois permite introduzir, de forma lúdica e contextualizada, noções de planejamento, expectativa e consequência das escolhas, favorecendo atitudes financeiras responsáveis desde a infância.

Na sequência, os mesmos Muniz Junior e Jurkiewicz (2016b) ampliam essa perspectiva, ao delinear uma concepção de Educação Financeira Escolar fundamentada em quatro princípios: convite à reflexão, conexão didática, dualidade e lente multidisciplinar. Tais fundamentos expandem a compreensão da EF para além do enfoque em aspectos econômicos, articulando dimensões matemáticas, sociais e culturais. A proposta dos Ambientes de Educação Financeira Escolar (AEFE) favorece a articulação entre aspectos matemáticos e não matemáticos, promovendo a reflexão sobre decisões financeiras e suas consequências ao longo das etapas da Educação Básica. Dessa forma, as proposições dos autores consolidam a Educação Financeira Escolar como espaço de formação crítica e de responsabilidade social no uso do dinheiro.

Pereira (2025) reforça esse entendimento ao situar a EF como componente essencial da formação integral em um contexto digital e complexo, no qual as escolhas financeiras impactam tanto a qualidade de vida quanto a sustentabilidade econômica. Nessa mesma direção, Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024) acrescentam que a EF favorece o desenvolvimento de conceitos financeiros e de uma postura crítica frente às práticas de consumo, ampliando sua contribuição à formação cidadã. Esses autores, embora partam de perspectivas distintas

voltadas à formação integral e à prática pedagógica, convergem ao atribuir à EF uma função emancipatória.

No âmbito das políticas educacionais brasileiras, a Educação Financeira consolidou-se como política pública a partir da ENEF (Brasil, 2017), que propõe promover o uso consciente do dinheiro e a formação de cidadãos responsáveis na gestão de recursos. A BNCC (Brasil, 2018) reforça essa diretriz ao incluir a EF como tema transversal, vinculando-a ao desenvolvimento de competências socioemocionais, de raciocínio lógico e de responsabilidade social. Contudo, a BNCC apresenta caráter prescritivo e pouco detalha os meios pedagógicos necessários à efetiva integração da EF ao currículo.

Apesar de seu potencial, a realidade brasileira apresenta desafios. Pereira (2025, p. 24) identifica a “carência de uma prática pedagógica estruturada e contínua” desde os Anos Iniciais, evidenciando a ausência de centralidade da EF nos currículos. Embora Assis e Souza (2024) enfatizem a importância da inserção precoce da EF como estratégia de conscientização, Oliveira e Maranhão (2024) tensionam esse argumento ao evidenciar que muitos docentes não dispõem de formação específica, o que reforça a necessidade de qualificação profissional como condição para sua efetiva implementação.

Assim, embora a OCDE (2005) defina a EF como processo voltado para compreender, avaliar e agir de maneira consciente diante de riscos e oportunidades financeiras, os estudos nacionais indicam distância entre esse referencial e as práticas escolares brasileiras, seja pela escassez de propostas estruturadas (Pereira, 2025), seja pela insuficiente preparação docente (Oliveira; Maranhão, 2024). A consolidação da EF como dimensão da cidadaniaⁱ, conforme defendem Assis e Souza (2024) e Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024), requer práticas pedagógicas contextualizadas, fundamentadas em intencionalidade docente e articulação com a realidade dos alunos, a fim de alcançar efetividade no espaço escolar.

Dessa forma, compreender as dimensões conceituais e formativas da EF é condição necessária para discutir sua implementação nos Anos Iniciais e analisar o papel docente e os materiais de apoio pedagógico. Assim, compreendemos a Educação Financeira como um processo educativo multidimensional, conforme propõem a OCDE (2005) e a BNCC (Brasil, 2018), mas cuja efetividade, conforme evidenciam autores nacionais recentes, depende da intencionalidade docente e da contextualização curricular.

Práticas Pedagógicas nos Anos Iniciais

A Educação Financeira (EF) pode ser compreendida como um processo formativo que integra aspectos cognitivos, éticos e sociais, orientando o uso consciente dos recursos e a tomada de decisões responsáveis. Conforme Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024), essa perspectiva desloca o foco do simples domínio de operações monetárias para a formação cidadã, em consonância com os princípios de consumo responsável previstos na BNCC. Esses autores destacam que a inserção dessa temática nas escolas favorece a aprendizagem de organização financeira, o desenvolvimento de habilidades de controle de orçamento e a capacidade de avaliação crítica das próprias escolhas.

Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024) ainda observam que a infância constitui período propício à introdução da EF, dada a maior facilidade de assimilação de conceitos, superando a visão tradicional que restringe o tema à vida adulta. Schein e Möller (2025, p. 68) acrescentam que quanto mais cedo “crianças e jovens estiverem em contato com a temática, maiores serão as chances de se constituírem adultos organizados financeiramente e que consomem de forma consciente diante de suas possibilidades”. Essa formação contribui para o gerenciamento equilibrado dos recursos, promovendo práticas reflexivas sobre as reais necessidades do cotidiano, de modo que “o gerenciamento dos recursos [...] passa a acontecer de forma equilibrada, gastando-se menos do que se ganha e refletindo sobre as reais demandas do dia a dia” (Schein; Möller, 2025, p. 60).

Do ponto de vista metodológico, Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024) ressaltam a pertinência de atividades que integrem a vivência cotidiana das crianças, aproximando o conteúdo escolar de suas experiências. Eles exemplificam com “compras simuladas de brinquedos, discussões sobre o uso do dinheiro, seu valor e sua finalidade, a importância da tomada de decisões, a realização de cálculos simples para a efetivação de compras e/ou pagamento das contas das famílias, em seu cotidiano” (Silva; Ouro Filho; Zogaib, 2024, p. 155). Essa abordagem demonstra a necessidade de práticas que conciliem ludicidade e criticidade, evitando a limitação a exercícios mecânicos de cálculo.

Nessa perspectiva, Schein e Möller (2025) concebem a EF como espaço interdisciplinar, abrangendo dimensões culturais, sociais, políticas, psicológicas e econômicas relacionadas ao consumo, ao trabalho e ao dinheiro. Ao contrário de uma visão simplista, “ela está relacionada ao valor do dinheiro, ao consumo e ao gerenciamento consciente dos recursos disponíveis e

à capacidade de viver em sociedade” (Schein; Möller, 2025, p. 60). A criação dos Ambientes de Educação Financeira Escolar, proposta por Muniz Junior e Jurkiewicz (2016a), constitui uma possibilidade metodológica relevante ao favorecer situações de aprendizagem voltadas à reflexão sobre escolhas, planejamento e consequências, fortalecendo a dimensão cidadã da EF.

Por sua vez, Da Hora et al. (2024) contribuem, ao enfatizar a responsabilidade da escola na promoção da Educação Financeira. Segundo os autores, parte dos entrevistados em sua pesquisa reconhece a “Educação Financeira como responsabilidade da escola” (Da Hora et al., 2024, p. 13). Essa constatação revela a expectativa social de que a instituição escolar seja o espaço privilegiado para a sistematização dos conhecimentos financeiros. Neste estudo, entendemos que a EF não se limita à gestão racional de recursos, mas configura-se como prática educativa orientada pela formação crítica do sujeito, em consonância com a BNCC.

De modo convergente, os autores reconhecem que a EF, nos Anos Iniciais, deve favorecer a formação de sujeitos críticos e responsáveis quanto ao uso do dinheiro e ao consumo. Assim, na seção seguinte, discutem-se os desafios formativos e os recursos pedagógicos que viabilizam essa integração.

Formação docente e recursos pedagógicos: desafios

A inserção da Educação Financeira (EF) exige atenção quanto à formação docente, visto que os professores são mediadores centrais no processo de aprendizagem. Conforme destacam Schein e Möller (2025), ensinar não se restringe à transmissão de conteúdos, mas implica possibilitar que os estudantes construam conhecimento por meio de situações vinculadas à sua realidade. Nesse sentido, a prática pedagógica precisa estar ancorada em vivências concretas dos alunos, articulando saberes escolares e experiências cotidianas. Para os autores, as propostas devem partir de um diagnóstico dos conhecimentos prévios e da realidade financeira da turma, de modo a fundamentar o ensino em situações efetivamente vividas.

Essa necessidade evidencia a importância de políticas de formação inicial e continuada, que preparem os docentes para trabalhar com a EF. Como relata um docente entrevistado por Schein e Möller (2025, p. 65), há preocupação “por não ter sido preparado para trabalhar com o assunto, tanto na Educação Básica quanto na Graduação”. Diante disso, a formação continuada torna-se imprescindível como espaço de atualização profissional, permitindo o

enfrentamento das transformações sociais e econômicas. Como afirmam os autores, “de tempos em tempos surgem novos estudos, novas metodologias que visam colaborar com a aprendizagem dos alunos” (Schein; Möller, 2025, p. 62).

Os autores problematizam a ausência de políticas públicas estruturadas, observando que “ela não está presente na grade curricular de todas as escolas de educação básica”, “o que é necessário destacar outras fontes eficientes para o desenvolvimento dela, como, por exemplo, a família” (Da Hora *et al.*, 2024, p. 13). Além disso, Schein e Möller (2025) defendem que iniciativas locais, como congressos, oficinas e espaços de troca entre docentes, podem contribuir para a reflexão crítica e a construção coletiva de metodologias aplicáveis ao ensino.

No âmbito da formação docente, Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024) apontam fragilidades que comprometem a abordagem da temática da Educação Financeira. Esse diagnóstico é corroborado por Carvalho (1999, p. 23 *apud* Oliveira; Stein, 2015, p. 19), ao afirmar que “os professores, sujeitos potenciais da mediação que subsidia essa educação para o consumo, não estão, eles próprios, preparados para a realização dessa função [...], falta-lhes tanto o instrumental matemático para lidar com as situações do cotidiano econômico”.

Além da formação docente, outro elemento estruturante diz respeito aos recursos pedagógicos, entre os quais o livro didático ocupa lugar central. Em sua pesquisa, Silva, Ouro Filho e Zogaib (2024) analisaram atividades que abordam a Educação Financeira nos livros didáticos de matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da coleção *Bem-Me-Quer*, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2023). O material exerce função relevante, tanto no planejamento de atividades quanto na promoção de aprendizagens, em consonância com as competências previstas nos documentos oficiais.

A análise das atividades propostas nessa coleção revelou duas categorias principais: questões diretas e questões indiretas. As primeiras apresentam intencionalidade pedagógica explícita, voltada ao desenvolvimento de conceitos financeiros, como “a compreensão sobre o sistema monetário do Brasil, compra, venda e troca, consumo ético e responsável” (Silva; Ouro Filho; Zogaib, 2024, p. 164). Essas atividades alinham-se a habilidades previstas na BNCC (Brasil, 2018), como EF04MA24, que trata da resolução de problemas utilizando o sistema monetário brasileiro, ou EF03MA25, que envolve o cálculo de troco e desconto em situações de compra.

Já as questões indiretas utilizam elementos como notas e valores monetários, mas sem intencionalidade educativa para a construção de conceitos de finanças. Desse modo, “elas se destacam por propor problemas que não apresentam a intencionalidade educativa direcionada a trabalhar conceitos [...] da educação financeira” (Silva; Ouro Filho; Zogaib, 2024, p. 165), envolvendo questões em que não há indicação de habilidades da BNCC. Do total de 176 atividades analisadas, predominam as questões indiretas, o que restringe o potencial da coleção para contribuir de maneira sistemática à formação de noções básicas de finanças, economia e consumo consciente.

Esses resultados indicam que a consolidação da EF depende da articulação entre formação docente, materiais didáticos e políticas públicas coerentes. A efetividade dessa dimensão educativa exige compromisso institucional e pedagógico com uma formação crítica e cidadã, conforme a BNCC (Brasil, 2018), a ENEF (Brasil, 2017) e a OCDE (2005). Assim, a Educação Financeira deve ser compreendida como processo educativo voltado à emancipação e à responsabilidade social, sustentado por materiais que integrem teoria, prática e valores éticos do consumo.

Considerações finais

A análise das produções acadêmicas recentes sobre a Educação Financeira (EF) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental permitiu compreender como esse campo vem sendo delineado no contexto brasileiro. O objetivo de compreender as abordagens, concepções e desafios formativos presentes nas produções analisadas foi alcançado, evidenciando tendências convergentes entre a literatura e as políticas educacionais contemporâneas.

Constatou-se que a EF constitui um campo interdisciplinar e formativo, cuja efetividade na escola depende da articulação entre fundamentos teóricos, práticas pedagógicas e formação docente. Embora a BNCC (Brasil, 2018) e a ENEF (Brasil, 2017) reconheçam a temática como conteúdo transversal, ainda persiste distância entre o discurso normativo e a realidade das práticas escolares. As cinco produções analisadas, publicadas entre 2024 e 2025, convergem ao apontar três desafios estruturantes: a carência de formação específica para professores, a ausência de políticas públicas contínuas e a limitação dos materiais didáticos quanto à contextualização das aprendizagens.

Esses resultados confirmam a pertinência da perspectiva formativa da EF, entendida como processo educativo voltado à emancipação e à cidadania financeira, conforme

defendem a OCDE (2005) e os autores nacionais analisados. A síntese das publicações revela que o ensino da EF nos Anos Iniciais carece de intencionalidade pedagógica e integração curricular, de modo que a inserção do tema nas práticas escolares ainda ocorre de forma pontual e desarticulada. Reconhece-se, entretanto, um movimento crescente de valorização da EF como dimensão formadora do pensamento crítico, capaz de promover decisões econômicas conscientes e socialmente responsáveis.

A pesquisa também evidencia limitações metodológicas, uma vez que a busca inicial na base *SciELO* não resultou em publicações diretamente relacionadas ao tema, restringindo o *corpus* ao *Google Acadêmico*. Essa delimitação, embora coerente com a natureza exploratória do estudo, aponta para a necessidade de ampliação de investigações indexadas e de maior sistematização da produção científica na área.

Constatou-se, ainda, que a formação docente permanece o principal fator de impacto para a efetivação da EF nos Anos Iniciais. A ausência de preparo específico compromete a abordagem interdisciplinar prevista pela BNCC e reforça a necessidade de políticas institucionais que promovam formação inicial e continuada voltada à temática. Nesse sentido, a consolidação da EF no currículo escolar requer articulação entre formação docente, materiais didáticos e políticas públicas, de modo a favorecer aprendizagens significativas e contextualizadas.

Como contribuição científica, o estudo oferece um mapeamento atualizado das produções acadêmicas brasileiras sobre o ensino da EF nos Anos Iniciais, evidenciando lacunas e potencialidades para futuras investigações. Destaca-se a importância de compreender a EF não apenas como conteúdo de Matemática, mas como prática social e formativa, capaz de integrar dimensões cognitivas, éticas e cidadãs.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos empíricos sobre experiências concretas de implementação da EF em contextos escolares, especialmente quanto ao impacto de propostas interdisciplinares na formação das crianças e dos professores. Tais investigações podem ampliar o entendimento das potencialidades e limites da EF como componente da formação integral e da cidadania financeira.

Conclui-se que a consolidação da Educação Financeira nos Anos Iniciais demanda uma abordagem sistêmica, que articule políticas públicas, formação docente, práticas pedagógicas contextualizadas e produção científica contínua. A efetivação dessa dimensão

educativa representa um avanço necessário para o fortalecimento da escola como espaço de desenvolvimento de competências críticas e de decisões econômicas éticas e responsáveis.

Referências

ASSIS, Eduardo Luiz Louro de; SOUZA, Helenara Machado de. A abordagem da educação financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o que dizem os estudos realizados entre 2019 e 2023. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s. l.], v. 16, n. 13, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7020>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. **1º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira**. Brasília: ENEF / Governo Federal, 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/RelatorioEstatisticoENEF.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 27 set. 2025.

DA HORA, Talita Dutra; SILVA, Dieicon Cristhian da; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; SANZOVO, Daniel Trevisan. Educação financeira e seus desafios diante da pressão social. **Revista Cocar**, [s. l.], v. 21, n. 39, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9524>. Acesso em: 27 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNIZ JUNIOR, Ivail; JURKIEWICZ, Samuel. Representações temporais e o valor do dinheiro no tempo: conexões entre a Educação Financeira e o Ensino de Matemática. **Revista BOEM**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 116-138, 2016a. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/8649>. Acesso em: 22 out. 2025.

MUNIZ JUNIOR, Ivail; JURKIEWICZ, Samuel. Tomada de decisão e trocas intertemporais: uma contribuição para a construção de ambientes de educação financeira escolar nas aulas de matemática. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, [s. l.], v. 6, n. 3, 2016b. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/4071>. Acesso em: 22 out. 2025.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Paris: OECD, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>. Acesso em: 14 set. 2025.

OLIVEIRA, Fabiola Santos Martins de Araujo; MARANHÃO, Iágrici Maria de Lima. Visão dos docentes com relação à educação financeira nos Anos Iniciais: o que aconteceu depois da BNCC na sala de aula. CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 10., 2024, Campina

O Ensino da Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: uma análise das pesquisas acadêmicas

Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/113602>. Acesso em: 16 jul. 2025.

OLIVEIRA, Savana da Silva; STEIN, Nina Rosa. A educação financeira na educação básica: um novo desafio na formação dos professores. **Revista Universo Acadêmico**, Taquara, v. 8, n. 1, p. 11-31, 2015. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/1_a_educacao.pdf. Acesso em: 4 out. 2025.

PEREIRA, Elaine Alves. **Educando para a vida financeira**: percepções de professoras que ensinam matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas de Ji-Paraná (RO) em relação à educação matemática financeira. 2025. 366 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2025. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3593>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SCHEIN, Zenar Pedro; MÖLLER, Vanessa. Formação de Professores para Instrumentalizar o Trabalho com a Educação Financeira em Turmas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. **JIEEM – Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, [s. l.], v. 18, n. 1, 2025. Disponível em: <https://jjeem.pgsscogna.com.br/jjeem/article/view/13170>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Fernanda Oliveira da; OURO FILHO, Abimael Magno do; ZOGAIB, Simone Damm. Educação no contexto financeiro em livro didático: uma análise da coleção adotada em duas instituições públicas. **Boletim Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GEPEM)**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 150-181, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/xB6M>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Nota

ⁱ Entendemos por *cidadania financeira* a capacidade de gerir recursos de modo ético e responsável, articulando decisões econômicas a princípios de justiça social (OCDE, 2005; Schein; Möller, 2025).

Sobre os autores

Vitorugo Sérgio Escaraber Selpa

Mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEN, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP-CP). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP-CJ). Especialização em Ensino da Língua Portuguesa pela UENP e Especialização em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é Professor efetivo na rede municipal de Abatiá – PR e de Santa Amélia.

E-mail: vitorugo.selpa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8902-3118>

Carlos Cesar Garcia Freitas

Professor associado do curso de Administração da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP (Campus Cornélio Procopio). Orientador do Programa de Pós-Graduação mestrado profissional em Ensino da UENP. Possui graduação e mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (1996 e 2007) e doutorado em Administração pela Universidade Federal do Paraná (2012). Possui experiência na área de ensino em Materiais, Logística, Finanças Corporativas e Pessoais; na área da Pesquisa em Educação Financeira e Tecnologia Social, e na área de Extensão.

E-mail: cesarfreitas@uenp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8220-3519>

Marínez Meneghello Passos

Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Educação Matemática (PECEM) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Possui graduação e mestrado em Matemática e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (1989 e 2004). Possui Doutorado em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (2009). Atua nas áreas de Educação Matemática, análise qualitativa, formação de professores e relação com o saber.

E-mail: marinez@uenp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8856-5521>

Recebido em: 13/11/2025

Aceito para publicação em: 25/11/2025